

DA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA À EDUCAÇÃO EM VALORES

*Míria Aparecida da Silva Campos*¹

Universidade de São Paulo / Universidade Virtual do Estado de São Paulo

Resumo: A proposta do presente artigo é a de fazer uma análise sobre como a educação em valores colabora para a formação da cidadania. Isso porque, na literatura pertinente ao tema, supõe que houve uma grande mudança no trabalho com valores nos tempos atuais, desde o período em que se lecionava a disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas. O objetivo geral desta pesquisa é verificar como a educação em valores pode contribuir para a formação e construção da cidadania. Dessa forma, o método de pesquisa utilizado é o qualitativo com entrevistas semiestruturadas realizadas com professores que ministraram aulas da disciplina de Educação Moral e Cívica nas instituições escolares de Ribeirão Preto – SP.

Palavras-chave: Cidadania e educação, educação em valores, prática da cidadania.

Introdução

A ditadura militar no Brasil, instaurada pelo golpe de Estado de 31 de março de 1964, durou vinte e um anos, foi marcada pela ruptura do regime democrático, por forte centralismo e autoritarismo, pela cassação de direitos políticos de opositores e pela violação das liberdades individuais.

É nesse contexto que as transformações da sociedade e da educação aconteceram. Um novo conteúdo programático foi implantado no sistema de ensino juntamente com a grade curricular normal. Assim, foi implementada a disciplina de Educação Moral e Cívica (E.M.C) que vigorou no país de 1969 a 1993.

A E.M.C. buscava em suas diretrizes, o preparo dos estudantes para a cidadania e a formação de uma permanente educação em valores, visando o preparo do cidadão para a obediência à lei e às práticas necessárias para uma vivência democrática (Cortina, 2003).

Na década de 1990, por iniciativa do governo, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação (PCN, 1998), na qual a Educação Moral está elencada Ética como tema transversal. Dessa maneira, a grade curricular de ensino adequou-se e

¹ Pós-Graduada em Ética, Valores e Cidadania na Escola pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP) - Polo Ribeirão Preto – SP

ênfatizou a construção de valores como respeito mútuo, solidariedade, diálogo e justiça em vários espaços escolares (Shimizu, 2011).

A partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), promulgada em particular com os Parâmetros Curriculares Nacionais, ficou explicitado para todas as instituições de ensino o reconhecimento da importância do ensino e a aprendizagem dos valores na educação escolar.

Portanto, a educação em valores deve ser proposta e ministrada as aulas na educação infantil, ensino fundamental e no ensino médio, em etapas, conforme a nova estruturação da Educação Básica, prevista na LDBEN. Nos dias atuais, a Educação em Valores pode ser tratada dentro da grade curricular escolar normal como uma disciplina transversal de caráter não mais obrigatório, e sim opcional, levando os alunos a refletir sobre o modo como agem e pensam em sociedade, o que evidencia a importância de tratar esse tema com toda a comunidade escolar.

O objetivo geral do presente artigo é verificar como a Educação em Valores contribui para a formação da cidadania. Como objetivos específicos, será abordado verificar se a disciplina de Educação Moral e Cívica contribuiu para as práticas de valores e cidadania de alguns estudantes do período em que as aulas foram ministradas e também, averiguar como a Educação em Valores pode auxiliar as pessoas na busca do desenvolvimento de práticas de cidadania.

A Educação Moral e Cívica

A Educação Moral e Cívica foi instituída, como disciplina obrigatória na grade curricular normal escolar, por meio do Decreto-lei No. 869 de 12 de setembro de 1969 no período em que o Brasil vivia a ditadura militar, como pode ser observado no segundo artigo de tal texto legal:

Art. 2º E instituída em todos os sistemas de ensino, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, visando a formação do caráter do brasileiro e ao seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores morais da nacionalidade. (BRASIL, 1969, p.20)

Dessa forma, a disciplina E.M.C defendia, em linhas gerais, o princípio democrático da preservação da dignidade humana com espírito religioso das pessoas. Exigia ainda, o culto à Pátria pelos seus símbolos e tradições, e o respeito às antigas instituições (BRASIL, 1969).

Utilizava também bases filosóficas tendo em vista a consciência cívica do aluno para:

[...] a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extraclasse e orientação dos pais. (BRASIL, 1969, p. 20).

Assim, cabia aos professores das áreas de Português, Religião, Filosofia, Geografia e História, dentre outros, ministrarem as aulas da disciplina de E.M.C. em concordância com os artigos dispostos no Decreto-lei de 1969.

Em conjunto com a nova lei foi criada uma estrutura para atender aos Estados, e deste modo regulamentar e fazer com que a lei fosse cumprida nas escolas. Trata-se da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), a qual é descrita no artigo a seguir:

Art. 9º A Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) é integrada por nove membros, brasileiros, nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre pessoas dedicadas à causa da Educação Moral e Cívica, possuidores de ilibado caráter e valor cultural, e acordes com a orientação dos dispositivos do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. (BRASIL, 1969, p. 21).

Essa Comissão procurava manter a doutrina da Educação Moral e Cívica através da realização de solenidades cívicas, além de assessorar o Ministro de Estado da Educação e Cultura para a aprovação dos livros didáticos escolares.

Com o fim da Ditadura Militar em 1985, a E.M.C permaneceu como disciplina na grade curricular escolar até 1993, quando foi revogada pelo Decreto-lei No. 8.663 de 14 de junho de 1993 (BRASIL, 1993).

Portanto, a imposição de conteúdos da E.M.C, assim como as outras reformas da educação do período, estiveram a serviço de um projeto de poder no qual o papel social que a educação deveria cumprir era desconsiderado. Assim, a disciplina de Educação Moral e Cívica foi um mecanismo bem articulado pelos governantes do período na busca da formação de uma mentalidade favorável aos caminhos propostos pelos condutores do regime instaurado em 1964.

Desenvolvimento

Educação em Valores, contribuição para a cidadania

Os objetivos da educação têm sido tema de amplas discussões, e muito se tem pensado sobre a formação do indivíduo e a sua preparação prática para a vida social, instituindo-se, assim, um parâmetro universal. Em paralelo a essa ideia, aparece outra que é a de formar indivíduos para o exercício pleno da cidadania (Rodrigues, 2001). Envolvidos nesse processo

encontram-se os educadores e a escola, com suas ações educativas. Dessa forma, a educação passa a ser considerada como necessária para a formação do cidadão e a cidadania, seu objetivo principal. Cidadania é uma qualidade aplicada ao cidadão e só pode ser legitimada pela ação educativa (Rodrigues, 2001).

Para Araújo (1999) a educação democrática para a cidadania deve estar voltada para a atuação sobre as quatro dimensões constitutivas da natureza humana: a sociocultural, a afetiva, a cognitiva e a bio-fisiológica, como condição para o desenvolvimento das competências necessárias para a participação efetiva na vida pública e política, tendo como objetivo a construção de personalidades morais que busquem, de forma consciente e virtuosa, a felicidade e o bem pessoal e coletivo.

Para atuar sobre essas dimensões, é preciso que cada indivíduo tenha condições de conhecer a si mesmo e que, a partir desse conhecimento, possa construir autorrespeito e os valores universalmente aceitos. Também é necessário, segundo Araújo (2007) que este conheça criticamente os dados e fatos da realidade social na qual está inserido, dominando os conteúdos importantes para o exercício da cidadania. Além de garantir um desenvolvimento fisiológico adequado, é necessário que o indivíduo construa capacidades intelectuais para compreender o mundo e as suas relações.

Educar implica “acionar os meios intelectuais de cada educando” para que ele possa dar continuidade ao seu próprio processo educativo (Rodrigues, 2001, p. 241). Assim, é possível perceber que a ação educativa é muito mais ampla do que simplesmente preparar indivíduos para viver em sociedade, mas inclui preparar o indivíduo para que possa dar continuidade à sua própria formação.

A escola é um espaço educativo onde as práticas são formalizadas e os profissionais que nela atuam têm sua formação voltada para a formação de outros indivíduos. Não podemos, no entanto, considerar a educação como propriedade exclusiva da escola, ela é de responsabilidade social e, portanto, é apenas um dos muitos espaços onde se pratica a educação.

A formação dos professores e o desenvolvimento de projetos em conjunto com as escolas

O professor não deve se abster de estudar, pois, o prazer pelo estudo e a leitura deve ser evidente, senão não irá conseguir passar esse gesto para seus alunos. “O professor que não aprende com prazer não ensinará com prazer” (Snyders, 1990).

De acordo com Nóvoa (2002, p. 23), “o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento

profissional permanente”. A formação continuada se dá de maneira coletiva e depende da experiência e da reflexão como instrumentos contínuos de análise.

Ainda segundo o autor (Nóvoa, 1997, p. 26), “a troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando”. Assim, o trabalho em equipe e o interdisciplinar se revelam importantes. Quando as decisões são tomadas em conjunto, desfavorece, de certa forma, a resistência às mudanças e todos passam a ser responsáveis para o sucesso da aprendizagem na escola.

Mesmo que a formação para a cidadania seja claramente um dos objetivos legalmente atribuídos à Educação Básica em nosso país, desde a Constituição Federal de 1988 pode-se constatar que os cursos de formação de professores ainda não incorporaram plenamente este objetivo na formação de seus próprios alunos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos, e, como tais, participantes do processo de construção da cidadania, de reconhecimento de seus direitos e deveres, necessitam de valorização profissional.

Nesse sentido, e a discussão sobre valores é importante, pois vive-se em uma sociedade em constante transformação e que recebe muitas informações ao mesmo tempo, fazendo-se necessário que as instituições escolares discutam com seus alunos e toda a comunidade escolar sobre a importância dos valores na vida dos estudantes.

Metodologia: Abordagem Qualitativa e instrumentos de coleta

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, a qual foi considerada a mais apropriada para atingir os objetivos propostos, tendo em vista, nas palavras de Minayo e Sanches (1993, p. 247), que tal metodologia “adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente”.

A pesquisa foi realizada por meio do estudo de caso, onde a questão principal foi avaliada por meio de questionários aplicados em professores. O estudo de caso pode ser considerado como uma unidade significativa do todo, “um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto

revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação” (Chizzotti, 2005, p. 102).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, dez professores atuantes em diferentes séries/anos foram selecionados de forma aleatória, dos quais apenas oito responderam ao questionário. Esses professores têm uma longa caminhada no magistério de forma que se propuseram a responder e contribuir com informações acerca das várias mudanças no ensino com Educação em Valores criados e reinventados nos programas educacionais brasileiros.

Os professores foram escolhidos de forma aleatória os questionários foram entregues junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foi solicitado a cada um que respondesse no máximo prazo de uma semana. Foi elaborado um questionário específico contendo oito perguntas acerca do trabalho dos professores com a Educação em Valores em seus conteúdos escolares (Silva, 2012).

Nesse questionário, uma parte introdutória visava à caracterização do responsável pelas respostas em relação à idade, sexo, tempo de exercício na profissão, na escola, aspectos de sua formação e experiência profissional. Uma segunda parte trazia oito questões acerca do tema em estudo, sendo estas questões abertas.

Os objetivos da pesquisa foram explicados no momento da entrega, o caráter voluntário da participação na mesma, bem como o compromisso ético assumido pela pesquisadora com cada um dos seus membros que se dispusessem a participar da pesquisa incluindo aqui a garantia de anonimato e do não-prejuízo perante cada um dos participantes, já que apenas a pesquisadora teria acesso aos questionários e nenhum dos mesmos respondidos seria apresentado ou comentado com outras pessoas da equipe da escola.

Como já fora elucidado, junto com os questionários a serem respondidos, foram entregues aos professores o termo de consentimento livre e esclarecido, disposto em duas vias, e assinado pela pesquisadora, sendo explicado no momento da entrega que uma das vias deveria ficar com ela e outra deveria ser assinada e devolvida junto com o questionário.

Além disso, foi entregue também um envelope em papel pardo, para que tivessem a possibilidade de lacrar o questionário antes de entregá-lo, independente da forma que escolhessem para fazê-lo na devolução do mesmo.

Metodologia de Análise

A análise dos dados foi realizada a partir dos questionários respondidos pelos professores. Com base no referencial teórico-metodológico do Construcionismo Social (Spink, 2003), que vincula os discursos, as ações e os acontecimentos ao contexto histórico-

cultural em que são produzidos, os questionários respondidos foram lidos inúmeras vezes, com o intuito de compreender os sentidos presentes nas declarações dos participantes acerca do processo de formação em valores e cidadania, bem como dos elementos que, na opinião deles, podem contribuir ou não para esta formação.

Os sentidos produzidos pelos participantes foram analisados à luz das características que definem o contexto institucional estudado, marcado não só pela dinâmica de seus membros e pelas políticas atuais, mas principalmente por uma história que marca fortemente as práticas ali desenvolvidas e acaba por definir, junto aos demais elementos, uma cultura escolar.

Resultados e Discussão

A análise está apresentada por questão, conforme a ordem de aparecimento das mesmas nos questionários.

Os participantes estão identificados de forma sequencial, sendo utilizadas para designar os professores como “PEB III – A” a “PEB III – H”.

Uma análise dos questionários respondidos pelos professores verificou como estes compreendem os aspectos relativos à sua própria formação para a construção do conhecimento de seus alunos sobre Valores e também para a formação da cidadania, além do importante papel que têm neste processo.

Na primeira pergunta, relativa à caracterização do entrevistado, quanto ao tempo de docência e de formação, dos 8 questionários respondidos, quatro professores possuem formação em Pedagogia, enquanto os outros 4 docentes têm formações específicas em outras áreas. Destes, quatro questionários todos concluíram o curso de Pedagogia há mais de dez anos.

Em relação à segunda pergunta, foi pedido para que os professores comentassem o que pensam sobre a Educação em Valores na construção para a cidadania. Em sua grande maioria, todos os professores comentaram que é de máxima importância priorizar a educação em valores seja na escola ou na família.

Para Arroyo (1999), a concepção de cidadania predominante na universidade possui um caráter intelectualista e cognitivista que acaba por servir de base a um currículo que não prepara os futuros professores para atuarem de maneira adequada frente aos conflitos presentes no cotidiano da sala de aula.

À falta de um ensino sistematizado voltado a esta temática, relatado por vários dos professores participantes da pesquisa, soma-se uma estrutura de poder por vezes

extremamente hierarquizada e antidemocrática, que resulta na falta de espaço também para a vivência de práticas democráticas no processo de formação do professor.

No que diz respeito à terceira pergunta, que abordou a formação para o trabalho com Educação em Valores na formação acadêmica inicial de cada um, todos os 8 questionários dos docentes foram unânimes em responderem que não tiveram nenhuma disciplina relacionada à Educação em Valores.

Dessa maneira, percebe-se que nesse período vivido pela Ditadura Militar (1964-1985), o país pretendia formar indivíduos que se adequassem à nova ordem social moldando seu comportamento e convencendo-os acerca dos benefícios que a ditadura militar traria a todos os brasileiros (Nunes & Rezende, 2011).

A forma como o governo divulgava o projeto de integração nacional era entendido pela população como ideais democráticos, plenamente atendidos buscando, ainda, interferir no modo de agir e pensar dos indivíduos de modo a legitimar a ditadura. (Nunes & Rezende, 2011)

Sobre o oferecimento de especializações para realizar projetos de Educação em Valores, no decorrer da atividade docente abordado na quarta questão, cinco professores responderam sim, que tiveram oportunidades nas escolas e três responderam que não foram oferecidos formações ou projetos voltados para os Valores.

Na quinta pergunta, o docente foi questionado se procurou se aperfeiçoar, por iniciativa própria, em oficinas, palestras ou outras práticas pedagógicas voltadas para a Educação em Valores. Todos responderam que sim, estão sempre procurando se aprimorar em todas as áreas possíveis do conhecimento em valores.

A intervenção e a investigação fazem parte do cotidiano escolar nas suas relações com os conteúdos educativos e com a comunidade visando promover a compreensão das situações de conflitos de gênero. O método pode se basear no planejamento de ações por meio de fóruns escolares, pedagogia de projetos interdisciplinares e transversais que incluam o aluno e toda a comunidade de seu bairro (Araújo, 2012).

A sexta pergunta abordou se o professor percebe alguma diferença do trabalho com E.M.C (Educação Moral e Cívica) para o trabalho com a Educação em Valores atualmente. Dos oito questionários respondidos, cinco responderam sim, que a diferença está no modo como hoje os valores são ensinados, sem ter obrigatoriedade, enquanto que três afirmaram que não veem tamanha diferença entre os dois tipos de projetos.

Dessa forma, constata-se que no Brasil, ao longo da história, as relações entre escola e esta forma de educação se manifestaram de diferentes maneiras. Quando pesquisamos

Educação Moral, logo nos remetemos à “Educação Moral e Cívica”, disciplina obrigatória dos tempos de ditadura militar, entre os anos 1960 e 1980. Como já foi pontuado, esta educação se fazia nas escolas por meio de disciplina, professores e manuais específicos, e tinha como finalidade a formação do cidadão obediente às normas e às autoridades (Shimizu, Menin, Bataglia & Martins, 2011).

Por fim, a sétima pergunta questiona como o docente trabalha os Valores em suas aulas. Todos os oito questionários respondidos afirmam que os professores trabalham os valores dentro de cada disciplina específica, além de inserir conceitos de educação, incentivando a autonomia e o senso crítico nos alunos despertando-os para a realização plena da cidadania.

A ação educativa e a trajetória escolar caminham juntas, pois em cada fase escolar do aluno, gera uma significação diferente que se inicia com a Educação Infantil até concluir o Ensino Médio. O papel dos professores implica refletir e orientar cada público de alunado, conforme suas especificidades, a caminhar e construir sua trajetória escolar. Os princípios educativos devem ser seguidos de modo a orientar os alunos, acolhendo-os e trazendo-os para dentro da escola inserindo-os na sociedade e preparando-os para a vida (Colello, 2012).

Considerações finais

Embora seja difícil e demande tempo, a escola necessita de transformações profundas no que concerne à formação de cidadãos. Ora os educadores encontram-se desamparados tecnicamente para abordar temas voltados a valores e cidadania; ora o número de alunos por sala é muito grande para que se possa fazer um trabalho de qualidade; ou simplesmente alguns educadores não exploram com profundidade a questão, seja por carências em sua formação acadêmica, seja por falta de apoio dos próprios gestores da escola pela não implementação do Projeto Político-Pedagógico em suas práticas cotidianas ou pela não inclusão de tais temas nos planos de aula.

A prática educativa pensada e aplicada em forma de projetos pode ser uma ferramenta capaz de articular os propósitos didáticos e as necessidades inerentes à instituição escolar às necessidades de formar cidadãos plenos no exercício de sua autonomia.

A escola e toda sua equipe, ainda que considerada apenas um dos eixos da prática educativa na formação cidadã, deve continuar buscando meios para ressignificar-se como espaço de apropriação e transformação de valores.

A partir de leituras e estudos para estruturar e embasar a pesquisa, foi possível perceber que valores e cidadania é algo que extrapola as funções das instituições educativas

porque é responsabilidade social. Assim, a escola como um todo, considerando-se gestores e educadores, pode auxiliar na formação de indivíduos desde que inclua os valores em seu currículo e em suas práticas cotidianas. Por meio da presente pesquisa, embora tenha sido um estudo de caso, foi possível constatar que a tarefa da escola não é fácil e, mesmo contando com documentos estruturados e pensados para uma formação cidadã, ainda pouco se faz nesse sentido.

Referências

- Araújo, U. F. (1999) *Conto de Escola: A vergonha como um regulador moral*. São Paulo: Editora Moderna e Editora UNICAMP.
- Araújo, U. F. (2007) *A construção social e psicológica dos valores*. Versão simplificada do capítulo publicado no livro “Educação e Valores: pontos e contrapontos”. Summus Editorial.
- Araújo, U. F. (2012) *A escola e a construção de valores*. Vídeo-aula 4, Módulo I, ministrada aos alunos do curso de Ética, Valores e Cidadania na escola. Recuperado em 14 agosto, 2012,-de <<http://www.evc.prceu.usp.br>>.
- Arroyo, M. (1999) *Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 7ª. ed.* São Paulo: Cortez, 1999.
- Brasil. (1971) *Decreto Nº 68.065, de 14 de Janeiro de 1971*. Regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Recuperado em 10 novembro, 2011, de <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado. Recuperado em 10 novembro, 2011, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- Brasil. (1993). *Lei nº 8.663, de 14 de Junho de 1993*. Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências. Recuperado em 10 novembro, 2011, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8663.htm
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.396, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado em 10 novembro, 2011, de <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/legislacao-1/leis-ordinarias/1996#content>
- Brasil. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF. (v. Temas Transversais) Recuperado em 10 novembro, 2011, <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>
- Chizzotti, A. (2005). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- Colello, S. (2012). *A ação educativa ao longo da trajetória escolar*. Vídeo-aula 2, Módulo I, ministrada aos alunos do curso de Ética, Valores e Cidadania na escola. Recuperado em 14 agosto, 2012, de www.evc.prceu.usp.br.
- Cortina, A. (2003) *O fazer ético: guia para a educação moral*. São Paulo: Moderna.

- Minayo, M. C. & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade. *Cad. Saúde Públ.* 9 (3), 239-262.
- Nóvoa, A. (Coord). (1997). *Os professores e sua formação*. Lisboa-Portugal: Dom Quixote.
- Nunes, N. & Rezende, M. J. de. (2001). *O ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar*. Recuperado em 20 nov. 2012, de <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/natalynunes.pdf>
- Rodrigues, N. (2001). Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. *Educação & Sociedade*, XXII, 76, 232-267.
- Shimizu; A.M., Menin, M.S.S., Bataglia, P.U.R. & Martins, R.A. (2011) *Representações de Educadores de Escolas Brasileiras a respeito de Educação em Valores Morais*. UNESP.
- Silva, M.A. (2012). *Da Educação Moral e Cívica à Educação em Valores*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de São Paulo – Universidade Virtual do Estado de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Spink, M. J. P. (2003). Os métodos de pesquisa como linguagem social. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2(2), 9-21.